

UMA QUASE POLÍTICA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO PARA AUTONOMIA DA JUVENTUDE RURAL FAMILIAR (CHAYANOV)

Pablo Rodrigo Fica Piras¹
Vagner Soares Souza²

Resumo

Como prática indissociada de ensino, pesquisa e extensão por discentes de quatro cursos de engenharia, o Grupo PET Engenharias da UEFS participou na concepção e elaboração de cinco propostas de empreendimentos coletivos, no marco de um Edital público de financiamento, Juventude Rural, visando atrair para as atividades produtivas rurais de base familiar a jovens pertencentes a grupos organizados. A proposta contemplada recebeu um repasse de R\$200 mil e os associados camponeses dispuseram-se a executar a obra em regime de mutirão. Por intermédias, infrequentes e esporádicas, embora relevantes, estas iniciativas de agências financiadoras não são uma Política Pública, nem fomentam suficientemente a permanência massiva dos jovens no campo. Verificou-se que a feição deste Edital estimulou mais acentuadamente as comunidades que mantêm características como as mencionadas por Chayanov do que as mais próximas do modelo farmer de Nicolitch e, com isto, serve de notória referência para a preservação e sobrevivência da cultura sertaneja tradicional.

Palavras-chave: Tríade universitária, Edital Juventude Rural, Preservação cultural.

Introdução

Na sua análise orientada pela economia-política, Germer (2002) polariza a abordagem da realidade do campesinato brasileiro entre os modelos de Chayanov e Nikolitch. Além de apontar uma distinção espaço-temporal e oposições quanto ao lucro e à capacidade de incorporar inovações tecnológicas, o autor identifica como essencial ao produtor “familiar” chayanoviano a resistência à transformação que imprime o capitalismo no campo, ao passo que o produtor “familiar” norte-americano esforça-se em promovê-la. De outra forma, ambos os enfoques pressupõem que a agricultura “familiar” está imersa em um sistema capitalista, mas o primeiro refuta que a própria produção agrícola tenha um caráter intrinsecamente capitalista, ela resiste a competição capitalista por não estar em essência motivada pelo lucro, senão que pela alimentação e manutenção da família.

Podemos lembrar que o êxodo rural é um fenômeno constatado contundente e irremediavelmente ao longo dos anos (Tabela 1 e Gráfico 1). Esta polarização entre os povoamentos rural e urbano tem sido analisado e criticado de diversos pontos de vista

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Departamento de Tecnologia (DTEC) – Tutor do Grupo PET/MEC Engenharias, pafipi@uefs.br.

² UEFS, DTEC, Membro do Grupo PET/MEC Engenharias, eng.vagner@hotmail.com.

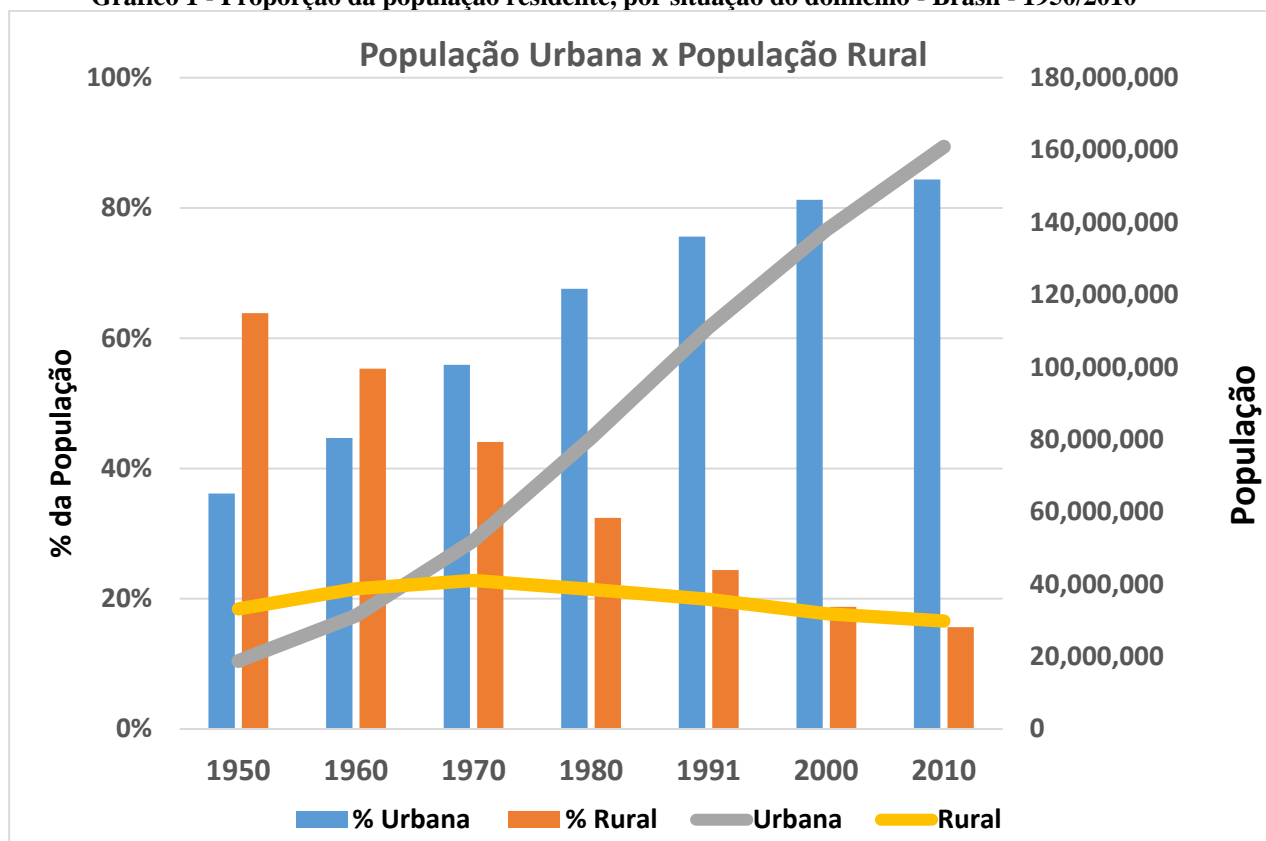
(SOARES et alii, 2015; MAZOYER e ROUDART, 2010; HARVEY, 2005), inclusive apontado as mazelas sociais provavelmente disto derivadas.

Tabela 1 - população urbana e rural no Brasil das últimas sete décadas.

Data	População residente			Participação relativa (%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1º.07.1950	51 944 397	18 782 891	33 161 506	36,2	63,8
1º.09.1960	70 070 457	31 303 034	38 767 423	44,7	55,3
1º.09.1970	93 139 037	52 084 984	41 054 053	55,9	44,1
1º.09.1980	119 002 706	80 436 409	38 566 297	67,6	32,4
1º.09.1991	146 825 475	110 990 990	35 834 485	75,6	24,4
1º.08.2000	169 799 170	137 953 959	31 845 211	81,2	18,8
1º.08.2010	190 755 799	160 925 792	29 830 007	84,4	15,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010.

Gráfico 1 - Proporção da população residente, por situação do domicílio - Brasil - 1950/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010.

Soares e colaboradores (2015) constataam tanto que os parâmetros de saúde na população rural (referenciadas nas doenças de veiculação hídrica, que contribuem para a

elevação da mortalidade infantil) são notadamente piores entre a população rural quanto que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é notadamente inferior em nos municípios de população maioritariamente rural, 1.620, 29% do total, 759 deles (47% desse número) no Nordeste (MMR: “povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo...”, SOARES *et alii*, 2015): IDHM baixo ou muito baixo estão nos MMR e os IDHM altos ou muito altos estão nos MMU.

Para caracterizar os desequilíbrios originados pelo êxodo rural, faz vinte anos que Camarano e Abramovay (1998) já vinham apontando o envelhecimento e masculinização do campo, como consequência de uma longa trajetória dos 50 anos anteriores. Analisando esquematicamente ao longo das décadas, estes autores identificam inclusive uma atenuação do fenômeno nos anos '90 do século passado, como consequência de uma exaustão dos modelos das décadas anteriores, de transferência de mão de obra do campo nordestino para a cidade sudestina nos anos '50 e '60, de expansão da fronteira agrícola e crescimento da agricultura empresarial no Norte nos anos '70 e no Centro-Oeste nos anos '80. Transferência de renda, concentração da produção e desmonte da pouca infraestrutura disponível são consequências adicionalmente constatadas por Alves e colaboradores (2011), que documentam exatamente este ponto de vista: 9,7% do número de estabelecimentos realiza 86,4% do produzido, ao passo que os 70,7% dos estabelecimentos que menos produzem realizam apenas 3,4% daquele valor de produção total, condenando a 11 milhões de pessoas a uma existência de penúria. Tais transformações inspiram naturalmente a demanda por políticas públicas compensatórias, motivo pelo qual surgem no foco as agendas governamentais relacionadas com a disponibilidade de infraestrutura para a produção local das comunidades rurais.

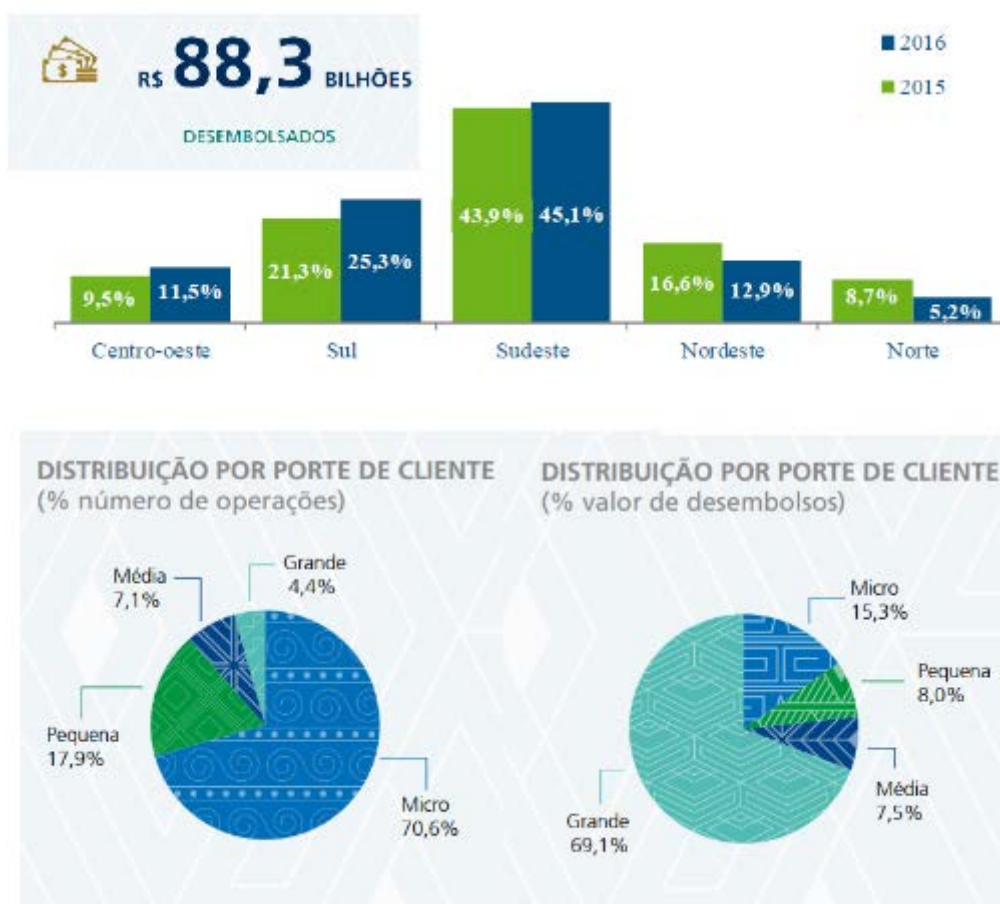
Birkland (2011) afirma que tal formação de agenda responde a um processo no qual surgem contrapontos entre as classes sociais, que competem, diante da constatação de que não há sistema organizativo que consiga assimilar e resolver todos os problemas de uma sociedade ao mesmo tempo. Segundo este autor, as possíveis conformações de tal agenda variam desde uma listagem de projetos de lei a serem votados pelo Congresso até o conjunto de crenças enxergadas pelo coletivo, sobre as formas de solucionar os problemas.

Dados do último Censo Agropecuário (BRASIL/IBGE, 2010) trouxeram números alarmantes que deixaram clara a concentração de renda, de terra e de produção que existe no

campo e que contribuem diretamente para o êxodo rural. Neste Censo, constatou-se que a agricultura familiar (Lei N° 11.326/2006) representa 84,4% do total de estabelecimentos campestinos, empregam 70% da mão de obra do campo, mas ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e respondem apenas por 38% do valor total da produção. Contudo, a concentração de terras não o único fator que explica a concentração da produção. A exclusão de milhões de agricultores da modernização da agricultura (acesso a máquinas e equipamentos, adubos, eletricidade, combustíveis) é outra face da moeda que contribui diretamente para a concentração da produção e da renda.

Se olharmos o comportamento das agências de financiamento no país, tal exclusão tende a eternizar-se. Públicas ou privadas, estas não têm acompanhado as necessidades dos setores de forma equitativa, com manifesta concentração de recursos apoiando empresas de maior capital.

Figura 1 - Carteira de desembolso do BNDES em 2016.



Fonte: BNDES, Relatório Anual de 2016.

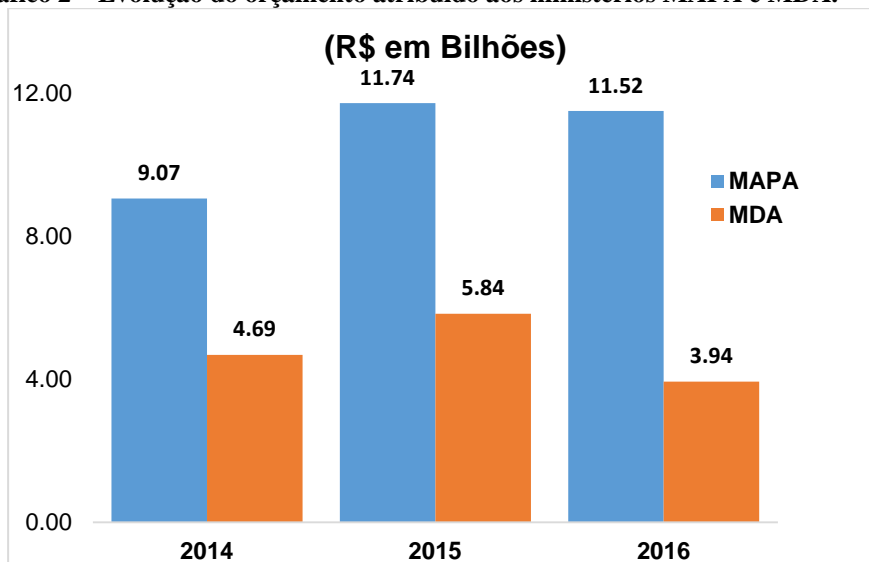
Nossa análise agora concentra-se no BNDES, fundado em 1952 como um banco de apoio ao desenvolvimento econômico e social (termos dos quais, inclusive, deriva a sigla do seu nome), com o objetivo manifesto de financiar a longo prazo a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, com ênfases nos âmbitos social, regional e ambiental, e por missão a promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. Contudo, ao se analisar os dados dos desembolsos deste importante banco no ano de 2016 (Figura 1), pode-se afirmar que ele está atuando exatamente no sentido oposto ao pretendido quando a sua criação original, pois dos R\$ 88,3 bilhões que desembolsou em 2016 em operações de créditos e repasse, as microempresas (70,6% do total de clientes) receberam 15,3% desse total. Em contraste com o anterior, as grandes empresas (que correspondem a 4,4% do total de clientes) receberam 69,1% do total desembolsado. Nota-se também que a região Sudeste, reconhecidamente a mais desenvolvida do país em termos econômicos, recebeu 45,1% do total desembolsado, e nas duas regiões menos desenvolvidas, somadas, houve um aporte bem menor: Nordeste, 12,9%, e Norte, 5,2%. Assim, um banco que tem como uma de suas missões reduzir as desigualdades sociais, ao concentrar investimentos em grandes empresas e em regiões mais desenvolvidas economicamente, contribui diretamente para o acúmulo de capital que gera cada vez mais desigualdades sociais, fazendo assim exatamente o contrário daquilo inicialmente proposto.

Do lado dos orçamentos dedicados pela gestão pública, a comparação entre os orçamentos do MAPA e do MDA (Gráfico 2) já permite perceber a disparidade explícita entre os apoios à agricultura empresarial e à agricultura camponesa, respectivamente.

Concomitante e convergentemente com a expulsão dos camponeses da terra, em 2016 a pasta ministerial que tinha este tipo de demandas no seu escopo chegou a ser extinto, recuperada parte da sua abrangência depois, em grande medida devido a intensas mobilizações de vários atores envolvidos no processo, como uma secretaria da Casa Civil do Governo Federal do Brasil. Pois, por decreto (BRASIL, 2016), foram transferidas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, cinco secretarias: i) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; ii) Secretaria de Reordenamento Agrário; iii) Secretaria da Agricultura Familiar; iv) Secretaria de Desenvolvimento Territorial; e v) Secretaria

Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, com todas as respectivas competências.

Gráfico 2 – Evolução do orçamento atribuído aos ministérios MAPA e MDA.



Fonte: Senado Federal, 2017.

Em um quadro adverso como este, uma das raras manifestações em contrário a esta tendência, pôde ser reconhecida na publicação do Edital Juventude Rural, de aparição única em abril 2015, estabelecida para projetos com foco na estruturação de empreendimentos econômicos coletivos dedicados a uma das seguintes cinco possibilidades (FBB e BNDES, 2015): a) produção e/ou benefício e/ou comercialização de produtos agrícolas; b) do extrativismo; c) de produtos não agrícolas; d) serviços; e) turismo rural.

Cada um destes cinco campos de atividades de geração de renda em alguma medida convergiam com partes da prática do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão, elemento constitutivo da atividade acadêmica universitária que, inclusive em cumprimento de um preceito constitucional, o Grupo PET Engenharias vem regularmente desenvolvendo. Programando ações que visam a concretização de estruturas de produção em comunidades de agricultura familiar, o grupo visa atender uma necessidade reprimida de elaboração de projetos para implantação de instalações e equipamentos que, em maior ou menor grau, incorporem tecnologia na geração local de renda e contribuam, em decorrência, à permanência dos camponeses na suas terras.

Invariavelmente, tais atividades promovem a reflexão e, mediante esta, a formação socialmente referenciada dos participantes, estudantes que aplicam os conhecimentos

propedêuticos de engenharia, adquiridos na formação de cada respectivo curso. As dificuldades encontradas encaminham também na direção de uma percepção circunstanciada da realidade e da real eficácia das políticas públicas no campo, assim como à aferição da magnitude das iniciativas mais oportunas e necessárias.

Propostas elaboradas para o Edital Juventude Rural 2015.

Desde a criação do Grupo PET Engenharias, com foco tanto na segurança alimentar quando na inclusão digital, os membros e colaboradores mantêm contato regular com diversas comunidades camponesas no Semiárido baiano. Diante do surgimento do Edital, em abril de 2015, houve uma análise quais demandas ajustar-se-iam às linhas do Edital com mais chances de enquadramento. A intervenção extensionista iniciou-se com diagnóstico participativo e desenvolvimento dialógico dos projetos, tanto nas visitas de mútuo conhecimento quanto nas etapas seguintes da elaboração, propondo pleitear financiamento para equipamentos úteis à geração de renda mediante a produção, em comunidades rurais ou peri-urbanas.

O grupo dividiu-se em cinco equipes, cada uma associada a cada desenvolvimento. As características gerais das propostas resultantes estão elencadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Resumo das características das propostas elaboradas para o Edital Juventude Rural 2015

município	comunidade	objeto principal da proposta
Água Fria	Assentamento Menino Jesus	aviário e apiário
Euclides da Cunha	Associação da Aldeia indígena Kaimbé	sistema agroflorestal
Itiúba	Associação de Alto São Gonçalo	abatedouro de aves
Uauá	Cooperativa COOPERCUC	queijaria leite caprino
Feira de Santana	Associação de Oleiros Feira de Santana	insumos para construção

A ótima aderência que o Edital possuía com a realidade camponesa, a precisão clínica para incluir exigências formais e documentais aos candidatos a receber o financiamento a fundo perdido, exigências que contrastavam com a realidade do campo, alheio e distante a itens tão simples como registro de identidade e cadastro de pessoa física, foram suficientes para colocar obstáculos intransponíveis a quatro das propostas, independentemente do mérito alcançado em cada uma delas, elaboradas conjuntamente.

Assim, uma vez conhecido o resultado, os participantes do Grupo condensaram-se em somente uma equipe, que passou a trabalhar no detalhamento da proposta contemplada: um abatedouro de aves de corte de escala local, no povoado do Alto São Gonçalo, a 35 km da sede do município, Itiúba, povoado localizado na divisa com o município de Queimadas, separado dele pelo rio Itapicuru-açu.

Figura 2 – Curso de Segurança no Trabalho ministrado para os jovens participantes do projeto.



Esta aprovação redundou na realização das atividades em correspondência com o proposto e encaminhado à FBB e BNDES: Mini-cursos de qualificação (Sistemas de produção, Cooperativismo, administração e autogestão, Boas Práticas de Fabricação, Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, Segurança do trabalho, Inspeção Sanitária, Administração da produção), Detalhamento de projetos, Compras de materiais, Execução e acompanhamento das obras, Compras e instalação de equipamentos, Testes de operação (Figuras 2 e 3). Estes cursos foram de extrema importância, não apenas pelo aspecto técnico contido, mas também por promover o intercâmbio de conhecimento entre a universidade e a comunidade, permitindo a capacitação dos jovens do campo e a percepção pelos universitários da relevância e responsabilidade de seu papel social na transferência de tecnologia.

Figura 3 – Etapa de formação em cooperativismo, do PET Engenharias com a comunidade do Alto do São Gonçalo em Itiúba-BA.



Descrição da experiência.

Os requisitos impostos pelo Edital sob análise deixaram em evidência a situação por vezes declaradamente precária do exercício da cidadania nas comunidades proponentes, em particular os jovens: em uma primeira convocação, a metade dos quarenta interessados que se apresentaram, entre 15 e 29 anos, não tinham ou RG, ou CPF, ou ambos, em uma delas. O adiamento de um mês no prazo de encerramento para recebimento de propostas estimulou pelo menos essa procura de documentação, entre outros alertas colocados. As exigências que o Edital colocava (além das documentações, cooperativa ou associação formalmente constituída, Declaração de Aptidão do PRONAF, regularidade tributária, grupo de pelo menos dez jovens, contrapartida, financeira ou de bens e serviços, pertencimento formal à associação ou cooperativa, que algum dos jovens fizesse parte da diretoria, que tivessem alguma qualificação junto a órgãos de extensão rural etc.) foram traduzidos em itens pertinentes, porém rotineiramente ausentes nas comunidades contatadas para serem proponentes.

Tanto na aprovação quanto nas etapas subsequentes do desenvolvimento tem surgido demonstrações de que as comunidades que mantêm características como as mencionadas por Chayanov tem um desempenho mais coletivo e participativo que as mais próximas do modelo farmer de Nicolitch. Com isto, tais comunidades tendem a exercitar mais acentuadamente

suas qualidades e a obter melhores resultados, servindo de notória referência para conter a descaracterização da cultura sertaneja tradicional através do êxodo de jovens. Não pode ser soslaiado que o envolvimento de alguns estudantes nas equipes de projeto, assim como o desenvolvimento de habilidades entre os participantes, como autonomia e inventividade para a elaboração de propostas, ou as de sensibilidade e heteronomia diante das demandas reprimidas da população camponesa.

Figura 4 – Vista externa do abatedouro do Alto do São Gonçalo em Itiúba-BA.



O recurso liberado no escopo do Edital serviram para comprar a maioria dos equipamentos, dois veículos (um deles com freezer) os materiais para a construção do prédio, já finalizado (Figura 4). Com o recurso não foi possível completar requisitos como a câmara fria, o sistema de tratamento de resíduos (graxaria e fossa/sumidouro), conexão elétrica à rede etc. Tais elementos adicionais estão sendo solicitados à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, companhia estadual que apoia a instalação de mais quatro iniciativas como esta. Par tanto, a citada companhia já fez uma visita inspectiva, para sondar a exequibilidade e perspectivas do projeto.

Figura 5 – Detalhe interno das instalações do abatedouro construído, no Alto do São Gonçalo em Itiúba-BA, durante uma visita de uma missão da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional).



Conclusão.

Os requisitos que o Edital sob análise colocou deixaram em evidência a situação por vezes declaradamente precária do exercício da cidadania nas comunidades proponentes , em particular os jovens: em uma primeira convocação, a metade dos quarenta interessados que se apresentaram, entre 15 e 29 anos, não tinham a identificação normal (ou RG, ou CPF, ou ambos), em uma delas. O adiamento de um mês no prazo de encerramento para recebimento de propostas estimulou pelo menos essa procura de documentação, entre outros alertas colocados. As exigências que o Edital colocava (além das documentações, cooperativa ou associação formalmente constituída, Declaração de Aptidão do PRONAF, regularidade tributária, grupo de pelo menos dez jovens, contrapartida, financeira ou de bens e serviços, pertencimento formal à associação ou cooperativa, que algum dos jovens fizesse parte da diretoria, que tivessem alguma qualificação junto a órgãos de extensão rural etc.) foram traduzidos em itens pertinentes, porém rotineiramente ausentes nas comunidades contatadas para serem proponentes.

A experiência relatada contribui para a percepção da proximidade entre a extensão universitária e a identificação das ausências de políticas públicas. Imersos nesse processo, os estudantes que participam passam a ter a possibilidade de aproximar-se da proposta de Gramsci, de formar-se também como intelectuais orgânicos e contra-hegemônicos, fazendo parte da reforma intelectual e moral da sociedade (Gramsci, 1999).

Os pequenos agricultores brasileiros, ao adotarem tal enfoque, são induzidos a lutar por um objetivo ilusório e impossível de ser alcançado, pois implica que todos os pequenos agricultores atuais poderiam transformar-se em prósperos ‘farmers’, sem que uma parte expressiva tivesse que ser expulsa da agricultura.

Referências Bibliográficas

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R.. (2011). Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista Política Agrícola** 20(2 – Abr./Maio/Jun):80-8.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasil. (2002). **Resolução RDC nº 275**, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/DCF7A900474576FA84CFD43FBC4C6735/RDC+N%C2%BA+275,+DE+21+DE+OUTUBRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 16.10.2014.

ARRETCHE, M. (2002). **Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais**. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-458. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a04v45n3.pdf>. Acesso em 07.junho.2017.

BAUMGARTNER, F.R.; JONES, B.D. (1991). Agenda dynamics and policy subsystems. **The Journal of Politics** 53(4):1044-74.

BIRKLAND, T. A. (2011). **An introduction to the policy process theories, concepts, and models of public policy making**. Routledge, New York, 361 pp..

BIRKLAND, T. A.. (2011). **An introduction to the policy process theories, concepts, and models of public policy making**. 3rd Ed. New York, USA, 361 p..

BORGES, L.. (2016). Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil. **MST**. Disponível em <http://www.mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil.html>. Acesso em 02.06.2016.

- BRASIL. (2016). **Decreto nº 8.780**, de 27 de maio de 2016, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8780-27-maio-2016-783152-publicacaooriginal-150428-pe.html>. Acesso em 02.12.2016.
- BRASIL/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). S.d.. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão IPEA nº 621**, Rio de Janeiro, 28 pp.
- COBB, R.; ELDER, C. (1983). **Participation in American politics: The dynamics of agenda building** (2nd ed.). Baltimore. MD: The Johns Hopkins University Press.
- DAGNINO, R.; BAGATTOLLI, C.. (2010); Como transformar a Tecnologia Social em política pública?. In: Dagnino, R.. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, p. 265-91.
- FBB – Fundação Banco do Brasil, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2015). **Edital de Seleção Pública nº 2015/008, Juventude Rural**, Seleção pública de projetos visando ao fortalecimento da autonomia econômica e social da juventude rural de base familiar. Brasília, DF. Disponível em <http://www.fbb.org.br/quem-somos/licitacoes/edital-de-selecao-publica-n-2015-008-juventude-rural.htm>. Acesso em 16.06.2015.
- FRANÇA FILHO, G. C. (2006). Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: França Filho, G. C. e Laville, J. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS.
- GERMER, C. M.. (2002), A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Revista da ABRA** 31(1, Jan-Abr):47-61. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13189&pesq=>. Acesso em 26.novembro.2016.
- GRAMSCI, A.. (1999). Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da História da cultura. In: **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, D.. (2005). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 252p..
- KINGDON, J. W.. (2013). The policy window, and joining the streams. In: Kingdon, **Agendas, Alternatives, and Public Policies**, Ch. 8, 2nd Ed.. Essex, UK, 240 p..
- MAZOYER, M.; ROUDART, L.. (2010). **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. UNESP, São Paulo, 567 pp.

- NAGEM, F. A.; SILVA, S. P.. (2013). Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista Sociologia Política** 21(46). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200010>. Acesso em 06.junho.2017.
- POLANYI, K.. (1980). **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 3ª Ed.
- SINGER, P.. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo de (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-28.
- SOARES, R. A. S.; MORAES, R. M.; VIANNA, R. P. T.; PESSOA, V. M.; CARNEIRO, F. F.. (2015). Determinantes socioambientais e saúde: o Brasil rural versus o Brasil urbano. **Tempus, Actas Saúde Coletiva** (Brasília) 9(2):221-35.
- SOARES, R. A. S.; MORAES, R. M.; VIANNA, R. P. T.; PESSOA, V. M.; CARNEIRO, F. F.. (2015). Determinantes socioambientais e saúde: o Brasil rural versus o Brasil urbano. **Tempus, Actas Saúde Coletiva (Brasília)** 9(2):221-35.
- VELÁSQUEZ G., R.. (2009), Hacia una nueva definición del concepto “política pública”. **Desafíos**, 20 (Enero-Junio). Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=359633165006>. Acesso em 16.09.2017.